

O patrimônio dos operários da construção de Brasília: entre direitos e valores de memória

Em 1987 Brasília, a capital do Brasil inaugurada em 1960, foi o primeiro sítio moderno reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial. Esse reconhecimento se pautou na concepção de Brasília como uma realização artística e singular, “expressão viva dos princípios e ideais do Movimento Modernista e efetivamente encarnados nos trópicos por meio de projetos urbano e arquitetônico de autoria de Lucio Costa e Oscar Niemeyer” (UNESCO). Essa imagem icônica de Brasília, associada principalmente à sua monumentalidade e seus palácios modernistas, é pertinente, mas não é sua única representação patrimonial.

O período da construção de Brasília, entre 1957 e 1960, mobilizou um número expressivo de trabalhadores vindos de todo o país em busca de trabalho, que foram submetidos a duras condições. A exploração dessa mão-de-obra e os sacrifícios humanos ocorridos é assunto recorrente na bibliografia (SOUSA, 1983; RIBEIRO, 2008), embora protagonistas da história oficial tenham se esforçado em consagrar uma imagem de união e esperança entre os operários, minimizando os acidentes de trabalho.

Os operários habitavam acampamentos de obras semelhantes a pequenas cidades de madeira que continham alguns equipamentos urbanos, como igrejas, escolas e hospitais. O material construtivo desses espaços indicava a sua provisoriidade, e planejava-se a sua desativação e destruição assim que Brasília fosse inaugurada. Mas isso não ocorreu por completo, em grande parte devido à ineficiência do processo de erradicação desses espaços e à resistência da população em deixar o local. Dentre os antigos acampamentos que se tornaram cidades-satélites, temos a Candangolândia, a Metropolitana e o Paranoá.

Ao longo dos anos 1980 e 1990 alguns dos vestígios dos acampamentos de obras foram reconhecidos como patrimônio pelo governo local: o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO) em 1985, a Igreja São Geraldo no Paranoá em 1993, o Centro de Ensino Metropolitana em 1995 e, por fim, a Igreja São José Operário na Candangolândia em 1998. Neste texto propõe-se uma leitura dos dossiês de tombamento desses equipamentos a fim de entender os discursos mobilizadas para a sua proteção. Esses dossiês são um conjunto de documentos produzidos ou coletados pelos agentes do patrimônio.

Os tombamentos

O primeiro desses bens tombados, o HJKO, é um antigo conjunto hospitalar de madeira implantando em 1957 e desativado em 1973. Conforme Maria Gabriele, após sua desativação e abandono pelo poder público, o local foi ocupado principalmente por antigos empregados do HJKO. Em seguida, houve em 1983 uma tentativa de derrubada do conjunto e expulsão dos moradores pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), então proprietário da área. A investida do instituto gerou reação dos moradores, e, a partir de Ação Popular assinada pelo líder comunitário Nilton Rosa, impediu-se a demolição. Concomitantemente, Rosa solicitou o tombamento, e o processo foi levado adiante pelo governo local. (GABRIELE, 2012)

Esse processo esteve fortemente associado à luta por moradia, pois os moradores buscavam seu assentamento na Candangolândia, recém regulamentada. A perspectiva de tombamento do espaço ganhou cobertura na mídia, e conforme uma matéria de jornal anexada ao dossiê, “os residentes no acampamento do HJKO não desejam apenas o tombamento do estabelecimento. Eles querem fazer parte dos planos da Candangolândia, porque não aguentam viver sem ter um lugar definitivo” (DISTRITO FEDERAL, 1985). Além disso, os demandantes pelo tombamento ansiavam pela recuperação do conjunto e sua transformação em um posto de saúde gratuito para a população. Conforme um documento intitulado Ação Popular, elaborado pelo líder comunitário Nilton Rosa, “o HJKO poderá e haverá de ser restaurado, e instalado um Posto de Saúde para atender a comunidade das imediações” (DISTRITO FEDERAL, 1985).

Para fundamentar suas demandas, os requerentes pelo tombamento partiram do princípio de que o construtor de Brasília, o denominado *candango*, seria um herói anônimo da implementação da cidade. O HJKO, nesse discurso, seria depositário da memória operária de Brasília, pois conforme um trecho da Ação Popular,

Neste Hospital JK nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos, cujo sangue foi dado em holocausto àquela geração emergente de uma nova era. Além disso, foi ali que os candangos feridos em acidentes no trabalho receberam socorros e puderam tornar aos andaimes da construção, animados por um sonho lépido, às vezes, transformado em choro fúnebre, como disse o poeta. (DISTRITO FEDERAL, 1985)

Esse discurso, ainda que faça referência aos operários, está em sintonia com a imagem idealizada do *candango* que havia sido impulsionada pelo próprio Juscelino Kubitschek e seus apoiadores nos anos 1950 para justificar a construção de Brasília. Para Luíza Videsott, o discurso midiático oficial daquela década foi eficiente ao associar a Brasília imagens positivas como progresso e desenvolvimento do país, e os operários eram retratados como heróis anônimos e parceiros do então presidente (VIDESOTT, 2009). Ao *candango* foram associados atributos como fé, esperança, sacrifício e sonho, o que está em sintonia com o discurso da Ação Popular.

O tombamento ocorreu em 1985, e todos os então habitantes foram assentados na Candangolândia, o que representou uma vitória para a população. Contudo, o HJKO foi

transformado no Museu Vivo da Memória Candanga e não em um posto de saúde, como queriam os moradores. Maria Fernanda Derntl aponta ter havido um ressentimento nesse sentido, pois um antigo habitante declarou que “um hospital teria seria melhor do que um Museu Vivo”, e outro salientou que “a gente precisava mesmo que tivessem restaurado o hospital, não aconteceu” (DERNTL, 2019). Isso mostra as contradições e ambiguidades do processo patrimonial, que esteve permeado por questões e problemas sociais de Brasília.

O tombamento do HJKO em 1985 precedeu os demais. Entretanto, enquanto a proteção do antigo hospital estava associada a demandas por serviços de moradia e saúde, as demais edificações de madeira originárias de antigos acampamentos de obras estavam localizadas em núcleos urbanos que haviam sido regulamentados ao longo dos anos 1980. Assim, a demanda por moradia deu lugar a outras questões, como uma maior visibilidade para espaços considerados históricos e a expectativa de reforma e manutenção das edificações de madeira.

A valorização desses espaços no discurso de tombamento buscou reforçar a relevância do pioneirismo desses núcleos e de seus moradores em uma Brasília ainda em construção. A fixação definitiva desses núcleos urbanos ocorreu após aproximadamente duas décadas de ilegalidade, marcadas por tentativas de destruição desses espaços. As pesquisas de José Walter Nunes (2005), Viviane Ceballos (2005), Edson Beú (2013), entre outros autores, analisam o processo de formação do território de Brasília, destacando que a permanência de antigos acampamentos de obras ocorreu a despeito do planejamento inicial.

Ceballos reforça que as investidas oficiais pela erradicação desses espaços estavam consubstanciadas pela necessidade de fazer do Plano Piloto de Brasília “um espaço livre dos vícios, livre das invasões e de todos os símbolos que pudessem representar o subdesenvolvimento e os problemas que caracterizavam as grandes cidades brasileiras” (CEBALLOS, 2005, p. 91). Na esteira desse debate, Beú assinala que, “logo após a inauguração [de Brasília], os governos locais começaram a colocar em prática a política de extinguir os antigos acampamentos de operários, uma ameaça que se fazia latente desde a pós-inauguração” (BEÚ, 2013, p. 15). O processo de fixação de antigos acampamentos, conforme Nunes, foi resultado de “lutas cotidianas [dos moradores] pela conquista de espaços na cidade” (NUNES, 2005, p. 155). A discussão dos autores sobre a fixação desses espaços ressalta principalmente as tensões envolvendo governantes e moradores, e aponta para um processo marcado pela luta e resistência da população.

No entanto, verifica-se que os dossiês de tombamento privilegiam uma narrativa que ressalta a memória gloriosa do período da construção de Brasília, valorizando as edificações de madeira como um símbolo da memória de “pioneiros” ou “candangos”. Conforme um documento do dossiê de tombamento da Igreja São Geraldo intitulado Histórico,

A Vila Paranoá é um dos raros locais remanescentes da época da construção de Brasília. Foi fundada em 1957 quando da implantação dos canteiros de obras para a construção da barragem do lago Paranoá. A Igreja São Geraldo é reconhecidamente um marco histórico para a memória daquele núcleo pioneiro. (DISTRITO FEDERAL, 1993)

Uma particularidade do Paranoá é que embora ele seja derivado de um antigo acampamento de obras, os moradores foram assentados em uma área contígua ao acampamento original. Este tornou-se o Parque Vivencial do Paranoá, e é nele que está localizada a Igreja São Geraldo e demais vestígios da construção de Brasília.

Conforme uma reportagem anexada ao dossiê de tombamento da Igreja São Geraldo, a criação de um parque ambiental na área visava não apenas à proteção da história da consolidação de Brasília, mas evitar ocupações irregulares no local, pois “as edificações, como a igreja, serão restauradas e será implantada infraestrutura para lazer ecológico. A secretária adjunta da Secretaria do Meio Ambiente frisou que este parque é importante também para evitar que famílias invadam a área” (DISTRITO FEDERAL, 1993). O tombamento da Igreja São Geraldo, nesse prisma, foi permeado por medidas paliativas com relação à crise habitacional em Brasília, na medida em que governantes buscaram impedir a proliferação de ocupações irregulares sem, contudo, resolver problemas sociais.

O tombamento do Centro de Ensino Metropolitana em 1995 também foi justificado pela memória dos “pioneiros” da construção de Brasília. Conforme um documento intitulado Histórico e anexado ao dossiê,

A preservação do patrimônio histórico local sempre foi uma preocupação dos moradores da Vila Metropolitana. Os dois barracões da escola, construídos em madeira em estilo rústico, típicos da época, são considerados, pela comunidade, como um dos últimos e principais testemunhos históricos e simbólicos desse acampamento pioneiro. (DISTRITO FEDERAL, 1995)

O trecho citado reforça a representação da Metropolitana como núcleo histórico da construção de Brasília, indicando como o Centro de Ensino seria depositário de um valor de memória. Esse tombamento tem a particularidade de ter definido outros vestígios da construção de Brasília em sua área de tutela: a igreja de madeira Nossa Senhora Aparecida e um campo de futebol. Dentre esses equipamentos, apenas o Centro de Ensino foi, de fato, tombado, centralizando a representação desse conjunto como um modo de garantir a manutenção não apenas do edifício, mas também de serviços educacionais no núcleo. O tombamento, assim, foi um reforço para garantir a manutenção constante e permanente de uma escola pública e em plena atividade.

O tombamento da Igreja São José Operário na Candangolândia, de modo análogo, foi justificado pelo papel da edificação e do núcleo pioneiro durante a construção de Brasília. Nesse discurso, percebe-se a idealização do operário, pois indica-se que a classe trabalhadora de Brasília teria vindo para a nova capital guiada pelo sonho de construir a cidade. De acordo com um documento intitulado Histórico,

O acampamento operário que deu origem à Candangolândia cresceu devido às facilidades para se abrir negócios e arrumar empregos, e ao sonho de participar da construção da nova capital. Movidos por esse sonho os 'candangos', nome dado aqueles que aqui vieram para trabalhar, não paravam de chegar, e devido ao crescimento populacional e ao desenvolvimento necessário, o acampamento logo virou uma vila, conhecida como Vila Operária. (DISTRITO FEDERAL, 1998)

O dossiê, assim, contribui para reforçar a imagem idealizada do candango, apontando que esse personagem teria criado raízes no território de Brasília impulsionado pela realização do sonho de construir a cidade.

Discussão

Conforme essa amostra dos textos retirada dos dossiês pretendeu demonstrar, a mobilização da memória operária da construção de Brasília foi um importante recurso discursivo para justificar o tombamento dos equipamentos de madeira. Contudo, vimos como a assimilação dessa memória tendeu a idealizar a figura do candango como herói de Brasília, o que se alinhou com o discurso oficial da cidade. Como consequência, a representação operária desses espaços ficou limitada a apenas certos moradores dos núcleos urbanos, os denominados "pioneiros" pelo seu papel durante os anos iniciais de Brasília. Nesse discurso, a coletividade pioneira, após ter conquistado seu espaço em Brasília, teria ansiado pela preservação de exemplares que simbolizassem uma memória em comum. Assim, o discurso patrimonial articulou a importância dos vestígios da construção de Brasília às especificidades e características das pessoas e edificações identificadas como pioneiras, valorizando sobretudo o modo como elas teriam dado suporte para a criação da obra monumental.

Referências bibliográficas

BEÚ, Edson. *Os filhos dos candangos: Brasília sob o olhar da periferia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. *"E a história se fez cidade...": a construção histórica e historiográfica de Brasília*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 1, p. 11-34, 2019.

GABRIELE, Maria Cecília. *Musealização do patrimônio construído: inclusão social, identidade e cidadania: Museu Vivo da Memória Candanga*. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012.

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SOUSA, Nair Bicalho de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.

UNESCO. *Brasília*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/445/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

VIDESOTT, Luísa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

Dossiês de tombamento

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. In Processo nº 13.553/1983. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985. (Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO)

_____. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Processo nº 150.000.276/93. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993. (Igreja São Geraldo no Paranoá)

_____. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Processo nº 150.000.370/1995. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995. (Centro de Ensino Metropolitana)

_____. SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE. Processo nº 147.000.594/98. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998. (Igreja São José Operário)